

PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS DOS CAMPOS GERAIS – PR (1904-1940)

FIRST PUBLIC EDUCATIONAL INSTITUTIONS OF THE CAMPOS GERAIS – PR (1904-1940)

Clarissa Borba Prieto¹
Maria Isabel Moura Nascimento²

Recebido para publicação em 19/10/2009

Aceito para publicação em 20/11/2009

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa que buscou resgatar as fontes da história da Educação da região dos Campos Gerais paranaenses de forma a trabalhar esses documentos históricos de maneira analítica, à luz do materialismo histórico, para avançarmos na compreensão da constituição da Educação Escolarizada na citada região. Citemos ainda que esta pesquisa integra o Projeto de Pesquisa “Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira”, desenvolvido pelo HISTED-BR.

Palavras-chave: História da Educação. Campos Gerais, Paraná, Brasil. Grupos escolares.

ABSTRACT

This article is product of a research that tried to recover the sources of the educational's history in the Campos Gerais from Paraná in order to work these historical documents analytically, by the light of historical materialism, to advance the understanding of the constitution of formal education in this region. Let us mention that this research is delivered to the Research Project “Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira”, developed by the HISTED-BR.

Keywords: *Educational's history. Campos Gerais - Paraná-Brazil. Educational group.*

¹ Graduanda em Pedagogia pela UEPG. E-mail: cissaprieto@gmail.com

² Doutora em Filosofia e História da Educação pela Unicamp, professora adjunta do Departamento de Educação da UEPG. E-mail: mmoura@uepg.br

1. Introdução

A história regional contém singularidades e particularidades que são específicas do objeto da pesquisa, mas sua compreensão ampla só se dará mediante o movimento de aproximação e articulação com a organização social mais ampla, isto é, procurando compreender o movimento do real na região objeto do estudo, com as relações contraditórias que mantém com o contexto nacional, bem como nas suas relações com os países centrais. A principal motivação para a realização desta pesquisa foi buscar compreendermos as transformações históricas da Educação na região dos Campos Gerais - PR, cuja sociedade foi formada com características próprias, oriundas particularmente do processo de imigração, e o modo como se articulavam ao processo histórico do país no início da Primeira República.

Ressaltamos, todavia, que este estudo integra o projeto de “Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira” desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, HISTED-BR, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP, e pelo Grupo de Trabalho da UEPG. O período histórico da pesquisa está delimitado inicialmente em 1904,³ por ser o ano de criação do primeiro Grupo Escolar na região. No levantamento das Instituições Escolares criadas na região e no período delimitado para esta pesquisa foram registradas as seguintes escolas: Grupo Escolar Dr. Vicente Machado (1904 – Castro); Grupo Escolar Jesuíno Marcondes (1907 – Palmeira); Grupo Escolar Senador Correia (1912 – Ponta Grossa); Escola Normal de Ponta Grossa (1924 – Ponta Grossa); Grupo Escolar Regente Feijó (1927 – Ponta Grossa); Grupo Escolar Villa Pirahy (1928 – Piraí do Sul); Grupo Escolar Júlio Teodorico (1935 – Ponta Grossa); Escola dos Trabalhadores Rurais (1935 – Ponta Grossa); Grupo Escolar Prof. Doutor Colares (1937 – Ponta Grossa); Grupo Escolar General Osório (1939 – Ponta Grossa); Escola Ferroviária Cel. Tiburcio Cavalcante (1940 – Ponta Grossa) e o Grupo Escolar Porto Amazonas (1940 – Porto Amazonas).

Para a consecução desta pesquisa, foram realizadas visitas às escolas (para o levantamento do

material histórico que as mesmas possuem); ao Arquivo Público do Paraná; à Casa da Memória de Ponta Grossa; e ao Museu Campos Gerais de Ponta Grossa. Ressaltando que o período de levantamento dessa primeira parte foi de aproximadamente dois anos, contando, durante esse processo, com a colaboração de diversos alunos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Contudo, é pertinente colocarmos que a pesquisa em questão baseou suas análises numa perspectiva histórico-materialista, de forma que os fenômenos e fatos fossem interpretados e relacionados com contextos mais abrangentes e elucidadores: o econômico, o político, e o histórico-social.

[...] na produção social da própria vida os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sócias determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. (MARX, 1982, p. 25).

Nesta pesquisa, buscamos relacionar os fatos à guisa da elucidação dos determinantes oriundos do modo de produção da sociedade capitalista.

As dificuldades encontradas referem-se à falta de conscientização da comunidade escolar sobre a importância da preservação das fontes, revelando um descaso para com a história da instituição na qual atua, o que acaba por restringir o número de documentos encontrados. Entretanto, esse descaso para com a história das instituições só reforça a importância desta pesquisa, pois amplia a necessidade de conscientização da comunidade escolar para a importância de se compreender os caminhos da Educação de ontem, para atuar mais conscientemente no hoje.

2. O contexto do surgimento da instrução pública no Paraná: considerações sobre a Educação Escolar

Antes de analisarmos o surgimento da instrução pública nos Campos Gerais paranaenses, é interessante refletir sobre alguns aspectos característicos

³ O Grupo de Trabalho dos Campos Gerais - PR pesquisa as primeiras escolas públicas da região na Primeira República, por isso, a delimitação do campo de pesquisa se iniciar com a criação do Primeiro Grupo Escolar da região no período da Primeira República.

das instituições educativas. Para isso, iremos discutir sobre o surgimento do conceito moderno de instrução escolarizada.

Muito longe das características sociais, econômicas políticas e temporais do “Velho Mundo”, à época da constituição do modelo moderno de educação escolarizada, temos, no Paraná, a instituição de uma escolarização que guarda, pela forma como foi implantada, semelhanças com a escola idealizada por Comênio. Embora a escolarização comeniana ainda não fosse pública, como a que estudamos nesta pesquisa, ela “empresta” parte de sua configuração à educação escolarizada paranaense:

Vale ressaltar que a contribuição maior de Comênio, plasmada na madura organização manufatureira que conferiu ao trabalho didático, no interior da instituição social que concebera. Com ele, a escola moderna instaurou, plenamente, a divisão do trabalho sobre a base técnica do ensino concebido como uma atividade artesanal. Daí a seriação escolar; daí a separação clara das áreas do conhecimento no plano de estudos; daí a especialização dos professores e, a exemplo do que ocorrera na produção material, daí, também, a especialização dos instrumentos de trabalho do educador. Os resultados foram a simplificação do trabalho didático e o barateamento dos custos dos serviços escolares. (ALVES, 2007, p. 64).

Dessa forma, podemos considerar que a educação nacional e também a paranaense, assim como a concepção de educação proposta por Comênio, alicerça-se na economia e nas suas necessidades, que desembocam tanto na preeminente necessidade de educar para adestrar para o trabalho e de aquietar o trabalhador, quanto na necessidade de baratear os custos dessa demanda. No caso paranaense, essa associação entre contexto socioeconômico e proposições educacionais é significativamente sentida quando se considera que, à época da institucionalização da escolarização por meio dos grupos escolares, o Paraná – que baseava sua economia em atividades agropecuárias (porém atividades essas voltadas, mormente, para o consumo interno, com pouca expressividade no montante da economia nacional, representado apenas pela produção de erva-mate) e que urgia, após findada sua condição de província do estado de São Paulo, desenvolver-se e progredir – necessitava capacitar os trabalhadores para as demandas especializadas que indubitavelmente adviriam com o progresso e adestrá-los na docilidade, além de higienizá-los. Evi-

dentemente, nesse panorama de progresso, a concentração populacional em torno das cidades ampliava-se rapidamente, o que contribuiria para aumentar a necessidade e as missões da Educação Escolar.

E, para corroborar a presença de elementos da educação comeniana na escolarização inicial e atual do Paraná, é interessante analisarmos outro trecho do texto de Alves (Ibidem, p. 65-66):

No plano da organização do trabalho didático, a solução postulada por Comênio, no século XVII, já era anacrônica quando a escola começou a se universalizar, no último terço do século XIX. Apesar da Revolução Industrial, dos meios de comunicação de massa, da automatização e da informática, a escola continuou a realizar sua ação educativa segundo a forma manufatureira de organização do trabalho didático. A tecnologia educacional que preside a relação educativa, ainda hoje, continua a ser o manual didático comeniano. As iniciativas de inclusão de recursos como o computador em sala de aula, por desconhecerem o condicionamento gerado pela organização do trabalho didático, submetem-nos à relação educativa manufatureira, o que termina por colocá-los na condição de recursos subalternos e reforçadores do manual didático. Está-se, então, diante de um paradoxo. Comênio pensou uma proposta escolar para atender problemas educacionais de seu tempo, criando ou adaptando recursos tecnológicos disponíveis para o uso do trabalho didático. Esse educador não merece qualquer crítica por isso [...] Mas merece crítica a manutenção de uma solução seiscentista para o atendimento das necessidades educacionais do século XXI.

Das citações acima, podemos apreender o quanto a instrução que iremos estudar possui, no que tange à sua concepção e organização, raízes profundas na história da escola moderna. A “[...] introdução da manufatura em primeiro lugar, e da fábrica, logo depois, com uma produção cada vez mais intensa e acelerada, não só repercutiu nos negócios da burguesia, como também nos métodos educativos”. (PONCE, 1981, p. 159).¹

Depois de tantos séculos de sujeição feudal, a burguesia afirmava os direitos do indivíduo como

¹ Mesmo com as peculiaridades que a instituição da instrução pública irá apresentar nos Campos Gerais, trata-se de uma instituição que não é, como se pode perceber pelas considerações feitas, isolada do todo global no qual foi idealizada e, também, não apresenta traços de rompimento com o “passado” da escolarização. E a pertinência desta pesquisa consiste exatamente em perceber sob que novos aspectos e características a “homogeneização” da educação das massas irá se constituir nesta região.

premissa necessária para a satisfação dos seus interesses. Liberdade absoluta para contratar, comerciar, crer, viajar e pensar. Nunca, como então, se falou em “humanidade”, “cultura”, “razão” e “luzes”. E é justo reconhecermos que a burguesia comandou o assalto ao mundo feudal e à monarquia absoluta com tal denodo, com tanto brilho e entusiasmo tão contagioso, *que, por um momento, a burguesia assumiu, diante da nobreza o papel de defensora dos direitos gerais da sociedade.* (Ibidem, p.130).

Dessa forma, percebemos que a burguesia, recém-detentora do poderio econômico, vislumbra também, a posse do poderio político. E, para tal, aparenta inclusive preocupação pelos interesses do povo. Apenas para ganhar adesão. Contudo, seus interesses são outros e visavam tão somente ao seu próprio crescimento econômico. Assim, para atingir essa finalidade, muitas medidas foram necessárias, entre elas aproximar-se do povo e educá-lo o suficiente para o trabalho e para amainar as possibilidades “más” que advém da ignorância plena numa época cada vez mais cidadina. Dessa forma, surge, juntamente com outras mudanças advindas da revolução burguesa, um ideal de homem burguês, a ser alcançado por meio da Educação. Ressalva-se que a escola, desde sua idealização e conseqüente implementação, será dual, isto é, será uma instituição para uma classe, e, outra, para a outra classe:

A emergência do Estado burguês e o desenvolvimento da sociedade capitalista, contudo, aprofundaram as diferenças entre os detentores dos meios de produção e aqueles que asseguravam a própria existência tendo com único recurso a venda de sua força de trabalho. A exposição das diferenças sociais fez ganhar repercussão a proposta de renomados pedagogos burgueses que advogava dois tipos de educação diferentes sob o capitalismo [...] tendência que passava a postular a necessidade de se adequar a educação dos jovens às suas origens sociais: educação profissionalizante para os filhos dos trabalhadores e educação humanístico-científica para os filhos dos dirigentes da sociedade. Passando da proposta à ação, foi produzida uma escola burguesa de caráter dualista. (ALVES, 2007, p.71).

Consideramos, pois, que a escola precisava ser diferente. Afinal, o ideal de homem que se queria formar era diferente dependendo do educando em questão, se rico, ou pobre. Evidentemente que essa diferenciação perdura na sociedade atual e, também, no caso paranaense. Todavia, o que se quer destacar

é a necessidade de formar o homem burguês para continuar a sê-lo, e de formar o homem pobre, para exercer sua miséria mais adequadamente às necessidades do capital.

É sabido, também, que o contexto socioeconômico ditará muitos dos reais aspectos norteadores do processo de ensino na regionalidade estudada. Assim como outrora – em que as necessidades postas pela Revolução Industrial promoveram o advento da concepção de ensino institucionalizado e suas características peculiares que, longe de visar ao bem comum, intencionavam, mormente, inculcar as verdades necessárias à manutenção e desenvolvimento do poderio econômico de certas classes, bem como a perpetuação do estado – ou quiçá, estágio – de *classe de si* (PONCE, 2007), na qual os miseráveis, incapazes de perceber a opressão a que estavam submetidos e seu poderio revolucionário enquanto classe, permaneciam acreditando do absolutismo do que estava posto – no Paraná, os detentores do poder organizaram um sistema de ensino bastante calcado em suas prerrogativas, desconsiderando os interesses da coletividade. No contexto nacional, e por tal, no Paraná

[...] Esta “nova” ordem social que surgia com a República, despontou juntamente com a expansão da industrialização, passando a exigir o ensino de primeiras letras para os trabalhadores das indústrias que se instalavam. (NASCIMENTO, 2004, p. 75).

Contudo, embora o novo cenário industrial despontasse, “[...] A economia ainda estava, entretanto, baseada na produção agrária e na exportação de bens primários, especialmente o café, e dependia da mão-de-obra dos ex-escravos, caboclos e dos imigrantes”. (Ibidem, p. 76). Dessa forma, temos que, não obstante o liberalismo do novo regime e o apregoamento da modernidade que adviria, principalmente, com a industrialização, temos um país economicamente ainda muito atrelado à economia agrária. Todavia, a propaganda do progresso deveria ser levada a cabo.

O Estado capitalista no Brasil continuava representando os interesses de uma pequena classe dominante em detrimento dos interesses da maioria da população, não cumprindo seu papel de administrar os conflitos entre os seus cidadãos [...] Diante dessa situação, torna-se evidente que a organização da instituição escolar estatal foi realizada com base nos interesses da classe burguesa, que não considerava as necessidades das classes populares. Entretanto, em sua forma ideológica, o maior projeto do Estado

burguês, no início da República foi a criação de escolas para dar instrução ao povo. A educação nos discursos oficiais aparece como uma ação beneficiadora para todo o povo e como uma solução para os problemas que impediam o progresso do país. (NASCIMENTO, 2004, p. 76).

Assim, sob essas necessidades e missões são criados os primeiros grupos escolares no Brasil. Até a criação dos grupos escolares (na época da Monarquia) o ensino público, quando existia, era feito em escolas isoladas. Essas escolas, na verdade, pouco possuem do modelo de escola que temos na atualidade, pois funcionavam em lugares improvisados, como espaços na Igreja local ou mesmo na casa do professor, e dependiam, para sua existência, da presença de professores, que, em sua maioria, eram leigos. Porém, inicialmente, a prerrogativa de educação das massas se verificou no estado de São Paulo:

A escola primária graduada, compreendendo a classificação homogênea dos alunos, várias salas de aula e vários professores, é uma invenção recente na história da educação brasileira. Esta modalidade de escola primária denominada *Grupo Escolar*, foi implantada, pela primeira vez no país, em 1893, no Estado de São Paulo e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século passado. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (SOUZA, 1998, p. 20).

Como nós é factível perceber, o movimento de implantação dos grupos escolares que objetivava a simplificação e ampliação das possibilidades das escolas isoladas inicia-se em São Paulo, donde é transplantando para os demais estados da federação, porém de forma lenta, como o número de grupos escolares (investigados nesta pesquisa) e sua morosa criação nos permitem constatar. Pela citação acima, fica evidente também que tal medida foi pensada e implementada por cidadãos que, em maioria, representam interesses daqueles que detém o poderio econômico nacional. Portanto, conclui-se que essa resolução continha interesses mais amplos do que a romântica roupagem de levar desenvolvimento às populações das diferentes

regiões do país, uma vez que a maioria da população ficava sem acesso efetivo às cadeiras nas escolas e que o governo continuava atuando no sentido de preservar e desenvolver os interesses da elite nacional.

[...] os grupos escolares obedeceram aos novos horizontes políticos postos pela República, que demarcaram novas relações entre os sujeitos envolvidos em tais escolas, particularmente aqui o professor, o aluno, o inspetor, o diretor, e com uma arquitetura que veio expressando diferenciadamente, fugindo do padrão comumente presente nas escolas de então. (ARAÚJO, 2007, p. 98).

Era necessário mudar. O novo Regime pretendia – e prometia – ser tudo o que seu antecessor não fora. Prometia desenvolver e elevar o país. Evidentemente, tais promessas deveriam ser feitas e inculcadas, pois, assim, se arrebataria a possibilidade do regresso da Monarquia. Mas como convencer a todos de que o novo era melhor do que o velho? Como instituir confiança no regime e em seus futuros feitos? Como provocar nas populações sentimentos de satisfação – ou quiçá, devoção – em relação à pátria? A Educação foi uma das respostas a essas questões. Porém, não poderia ser uma Educação qualquer, feita as revelias, como nos tempos passados. Deveria ser uma Educação que impressionasse, que trouxesse elementos que, por si só, já levassem a mensagem republicana aos cidadãos do Brasil. A proposta foi a criação dos Grupos Escolares:

Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. Criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior do que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais se assemelhava às condições da escola pública no passado imperial com o qual o novo regime queria romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização. (SOUZA, 1998, p. 91).

Contudo, não podemos considerar, a partir das informações auferidas na citação acima, que a rea-

lidade educacional na época da Primeira República fosse vertiginosamente superior ao encontrado no período do Império. A criação dos Grupos Escolares foi morosa e com pouca possibilidade de atendimento. O que temos, então, são esparsas escolas inauguradas ao longo dos anos de forma demasiadamente tímida. A República não deu destaque à Educação de forma efetiva. Apenas utilizou-se dela como apanágio para esconder seus reais interesses de preservar o poderio econômico de certas classes. Afinal, a pouca escolarização que existia, apenas deveria existir para garantir o mínimo de instrução para capacitar o trabalhador para o trabalho industrial que começa a surgir no Brasil. Não existia a intenção de escolarizar a todos. E, evidentemente, a maioria ficou sem lugar nas escolas criadas na Primeira República.

Ressaltamos, entretanto, que a criação dos Grupos Escolares, que já era rara, não se fazia aleatoriamente. Podemos colocar que, no Paraná:

[...] Motivações políticas podem ser apontadas como justificativas para a criação dos grupos escolares em determinadas localidades. Evidentemente, a legislação previa a concessão de prioridade às localidades que contribuíssem com terrenos e donativos para a instalação das escolas. No entanto, a autorização do Conselho Superior, tendo em vista os critérios de prioridade, era subestimado, uma vez que a criação de escola constituía um ato do governo. (SOUZA, 1998, p. 93).

Outro fator premente para criação dos Grupos Escolares era que as populações estavam se fazendo cada vez mais cidadinas e

[...] Nas cidades morava o perigo das multidões. Era onde se encontrava a influência malsã dos pobres, dos vagabundos, de um povo com tendências à degeneração, suscetível a todos os males. Portanto, constituía um espaço em que deveriam ser tomadas medidas urgentes de disciplinarização e regeneração social. A escola foi uma das instituições responsabilizadas por essa missão. (Ibidem, p. 92).

Esses eram, de fato, os objetivos da criação dos grupos escolares no Paraná: educar para o trabalho e educar os corpos e mentes para a vida coletiva nas cidades. Além de, nesse processo, inculcar os ideais republicanos.

3. Os Campos Gerais – PR e a Educação

Os Campos Gerais paranaenses e a Educação Escolarizada que se manifestou na região não foram, de forma alguma, desarticulados do que se verificou no Brasil. Contudo, destaca-se que, “A colonização da região dos Campos Gerais teve início em meados do século XVII, numa tentativa de habitar os sertões dos Campos de Tibagi e dos Campos de Guarapuava” (NASCIMENTO, 2004, p. 14), e se desenvolveu da seguinte forma:

A ocupação das terras se deu de três maneiras diferentes: pela doação de sesmarias, pelas entradas e bandeiras, pelos currais de gado, e, em nenhum dos três, foram levados em conta os povos que já viviam aqui. Esta observação cabe perfeitamente para a região dos Campos Gerais, embora os povos indígenas tenham sido gradualmente empurrados para o local onde hoje se encontra a cidade de Guarapuava [...] O ajuste das populações indígenas ao interesse do capital começou a delinear-se a partir da abertura do caminho chamado Viamão e que unia a cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul, aos Campos Gerais. Ao longo deste caminho, foram formados pequenos lugarejos que, mais tarde, deram origem às cidades de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lago, Rio Negro e Lapa. (Ibidem, p. 16).

Começamos, dessa maneira, a compreender a constituição dos Campos Gerais paranaenses. Foi por meio do caminho do Viamão que surgiram diversas localidades nos Campos Gerais; foi por meio desse caminho que a economia da região se desenvolveu e se articulou ao restante do país; e foi também por ele que a região se constituiu com peculiaridades próprias que tanto influenciaram na institucionalização dos primeiros Grupos Escolares locais. Ressalta-se, todavia, que o incremento imigrante também foi um importante eixo de formação dos Campos Gerais. Todavia, os homens que trilhavam esse caminho conduzindo o gado muar para os centros econômicos do país eram chamados de tropeiros. Assim, com

[...] o avanço da economia tropeira, os Campos Gerais foram totalmente conquistados. Como consequência dessa conquista surgiram vários núcleos populacionais, principalmente ao longo do traçado original do Caminho do Viamão. Esses núcleos se transformaram em importantes cidades como Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas,

Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraiá do Sul, Jaguariáiva e Sengés. A primeira ocupação efetiva, das terras dos Campos Gerais foi feita pelos homens ricos de São Paulo, Santos e Paranaguá, nos princípios do século XVIII. Desse período em diante multiplicaram-se as sesmarias e, conseqüentemente, as fazendas de criadouros de gado (muar e bovino) que, no futuro, com a abertura dos caminhos de tropas do sul, transformaram-se em invernadas. Posteriormente, esses habitantes vieram a ocupar e contribuir na fundação de muitas cidades nos territórios catarinense e gaúcho. (ARANTES, PONTES FILHO, 1997, p. 51-52).

Percebemos, desta feita, que o movimento que promoveu o desenvolvimento dos Campos Gerais paranaenses se deu, principalmente, em função da atividade econômica tropeira e, também, para atender a essa atividade. Aos poucos, os Campos Gerais foram ampliando as necessidades que viabilizariam um desenvolvimento mais significativo, e a escola foi um dos imperativos apontados. Contudo, destaca-se a premissa de que, embora as escolas fossem necessárias, elas não eram objeto digno de atenção por parte das autoridades cabíveis. Antes da instauração da República, a situação das escolas dos Campos Gerais era notadamente precária. Havia carência excessiva de materiais, poucos professores eram formados e a maior parte das vagas ofertadas para a matrícula dos alunos era de vagas privadas. Todavia, apesar dos embates, o poder

[...] político que se formava nos Campos Gerais – PR considerava a educação a única força fundamental capaz de civilizar um povo sem “identidade própria” e sem direção. Neste sentido, havia consenso o suficiente para garantir um Estado soberano e, para isso, os professores seriam os “missionários” deste processo de hegemonia criada para que o povo pudesse sentir-se identificado com os interesses políticos da República. Para assegurar esse processo, atribuiu-se à escola a responsabilidade de garantir a “unidade nacional”, por meio de conteúdos e preceitos morais, que os professores deveriam seguir e impor a seus alunos. (NASCIMENTO, 2004, p. 72).

Assim, não obstante a necessidade da escolarização, pouco se fazia para viabilizar de fato essa empreitada. As manifestações claras pela escolarização das massas se ampliam, com efervescência, a partir do Regime Republicano, para o qual a escola teria muito que cumprir. Todavia, o que podemos verificar, de fato, é que houve tímidas ações efetivas. Haja vista a

morosidade da implantação dos grupos escolares nos Campos Gerais.

A ideia, na República, era ampliar a oferta de ensino. Para tal, havia a necessidade material de criação de instituições de ensino, os Grupos Escolares, que pudessem realizar essa oferta. Contudo, percebemos que, nos Campos Gerais, o primeiro Grupo Escolar foi inaugurado na localidade de Castro no ano de 1904 (Grupo Escolar Vicente Machado), sendo que o primeiro grupo escolar de Ponta Grossa só foi criado em 1912. Percebemos que a ampliação da escolarização servia mais como propaganda do novo regime do que propriamente como um programa de ação. Afinal, que escolarização vertiginosa é esta, que considera a criação de um grupo escolar como um feito para a localidade? Feito considerado capaz de promover a educação para todos. Todos aqueles que dispõem de boas condições. Haja vista que a criação do Grupo Escolar Senador Correia, o então primeiro Grupo Escolar da localidade de Ponta Grossa, apenas se deu para que, os educandos pontagrossenses que ficavam sem vaga no colégio da capital pudessem estudar. Contudo, é necessário refletir. Afinal, embora o discurso da criação do Grupo tenha sido o de levar o progresso a todos os cantos do Brasil, quem eram estes, os que receberiam o progresso, senão aqueles que já possuíam condições de custear seus estudos na capital e só não o faziam por carência no número de vagas? Havemos de considerar que este “para todos” é deveras limitado.

Entretanto,

[...] Em 1920, quando César Prieto Martinez assume a Inspeção Geral do Ensino, introduz uma concepção modernizadora que privilegia aspectos administrativos. Segundo sua perspectiva, o bom funcionamento da escola não dependeria apenas das medidas técnicas adotadas, mas, do emprego racional dos recursos. (LUPORINI, 1997, p. 23).

Percebe-se, então, a intenção do Inspetor César Prieto Martinez de reformar o ensino paranaense dando destaque o uso adequado dos recursos. À época em que César Prieto Martinez assume o cargo de Inspetor, o governador do estado do Paraná era Caetano Munhoz da Rocha e, assim como já explanado aqui anteriormente, a escola refletia (e reflete) e, ao mesmo tempo, condicionava as mudanças pelas quais passava a sociedade; de modo que muitos aspectos convergiram para a reforma do ensino empreitada pelo Inspetor César Prieto Martinez.

[...] a modernização da indústria ervateira; a ação da burguesia paranaense articulada à burguesia cafeeira paulista; a pressão popular, incluindo aí os imigrantes europeus, por escolas e professores; o posicionamento oficial sobre a necessidade de modernizar a educação em função da industrialização. (MIGUEL, 1992, p. 39 apud LUPORINI, 1994, p. 23).

Nota-se que a necessidade de reformar o ensino paranaense estava atrelada a necessidade econômica de viabilizar o crescimento do setor industrial. Evidentemente que havia a “pressão” da população. Mas, ainda, antes disso, havia as necessidades da burguesia e as necessidades do capital. Contudo, a reforma fora implantada e, nas palavras do Inspetor César Prieto Martinez,

[...] Nenhuma empresa progride sem fiscalização e quem a dirige tem de conhecer, como a palma de suas mãos, os homens e as coisas que aí se congregam diariamente, o que entra e o que sai, o que dá lucros e o que dá prejuízo, tudo, em suma, que diz respeito à integridade e progresso do estabelecimento.

Nenhuma empresa, a meu ver é mais complicada e por isso mais delicada, do que o ensino público primário. Quem a dirige não pode ignorar os seus mais insignificantes detalhes. (PARANÁ, Relatório, 1920, p. 8 apud LUPORINI, 1994, p. 24).

O Inspetor César Prieto Martinez objetivava, desse modo, que a escola paranaense se transformasse numa instituição cuja eficiência se assemelhasse à eficiência de uma empresa. Lembrando-nos da ligação que, não obstante se tente esconder, existe entre a Educação Escolar e a economia de uma região.

Registremos, também, que a criação dos grupos escolares no Paraná foi regulamentada pela Portaria n.º 4 – D.O. 17.1.14/4 n.º 574 de 30 de janeiro de 1914. Essa Portaria reformava a organização escolar e do programa de ensino paranaense e, também, transforma em Grupo Escolar as Casas Escolares que tivessem acomodações suficientes e em Semigrupos Escolares, as que tivessem apenas dois professores. (Arquivo Público do Paraná). Percebe-se, aqui, que as missões atribuídas aos Grupos Escolares acabaram por viabilizar sua ampliação numérica. Embora esses números não possam representar uma quantidade notadamente democrática para o ingresso de todos nas cadeiras escolares.

O Decreto n.º 2351, de 14 de agosto de 1946 classificava os Grupos Escolares com matrícula

superior a 600 alunos de 1ª classe; os grupos escolares com 400 a 600 alunos, de 2ª classe; os grupos escolares com 201 a 400 alunos, de 3ª classe; e os grupos escolares com até 200 alunos de 4ª classe. (D.O. 17.08.46) (Arquivo Público do Paraná). Percebemos, por esse decreto, que a necessidade de se classificar os Grupos Escolares em fins da década de 1940 já testificava a existência de instituições em quantidade de serem ordenadas. Todavia, ressaltamos que as instituições ainda estavam seguindo a lógica empresarial do Inspetor César Prieto Martinez, por isso era necessário classificar, para, dessa forma, testificar a qualidade do ensino.

Na história das escolas investigadas nesta pesquisa, ficou evidente que o movimento de ampliação da escolarização na região dos Campos Gerais foi levado a cabo, mesmo que sobre ressalvas e considerando que, inicialmente, os Grupos Escolares estavam mais a serviço das elites locais do que imbuídos do propósito de desenvolver a pátria. Durante os anos iniciais, a escolarização na região encontrou problemas, principalmente ligados à formação de professores. Porém, esse problema foi parcialmente solucionado com criação da Escola Normal de Ponta Grossa. Todavia, consideramos relevar a validade desta formação, que mais destacava a necessidade de conscientizar os futuros professores de suas muitas missões, do que propriamente a formação teórico-prática dos mesmos.

Percebemos, então que, apesar da diferença temporal, a escola que se implantou nos Campos Gerais do Paraná não rompeu com o modelo de escolarização proposto por Comênio. Ela é, em verdade, muito semelhante ao arquétipo idealizado pelo bispo protestante no que tange às estratégias de barateamento dos custos da instrução pela vinculação dos livros didáticos e das ferramentas de instrução. Os primeiros grupos escolares da região também foram concordantes com o que estava posto pela República para a Educação: educar os corpos e mentes para o trabalho e para a vida urbana. Era necessário dar corpo a um povo, e, nesse sentido, os Grupos Escolares dos Campos Gerais Paranaenses cumpriram suas missões de inculcar os ideais de progresso e modernidade na população da região.

4. Conclusão

Assim, por meio desta pesquisa, podemos averiguar que os primeiros grupos escolares da região dos Campos Gerais paranaenses possuíam, nas razões de suas criações, bem como nos objetivos das mesmas, concordância com o que estava posto para a Educação institucionalizada da época da Primeira República: adestrar para o trabalho, inculcar os ideais de modernidade e progresso como uma consequência da instauração do Regime Republicano, higienizar e pacificar as mentes dos trabalhadores urbanos.

Servindo aos interesses da elite econômica e política, a educação nos Campos Gerais - PR foi implementada de forma a suplantar o que estava posto até então e funcionar como uma propaganda de todo o progresso que adviria com o passar dos anos. Contudo, esse progresso foi mais um continuísmo. O que se efetivou, em verdade, foi uma tímida manifestação: poucas escolas foram criadas, de forma demasiadamente espaçada e com pequenas ofertas de matrículas. Assim, na Primeira República, no Brasil, no Paraná e nos Campos Gerais, a escolarização não contemplou a maioria da população que dela necessitava.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. Campinas: Autores Associados, 2007. In: LOMBARDI, J.C., SANFELICE, J. L. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- ARANTES, A. I. D, PONTES FILHO, A. Ocupação e expansão territorial dos Campos Gerais. In: LUPORINI, Teresa Jussara (Org.). **Catálogo das fontes de educação brasileira localizada no Paraná** (Região dos Campos Gerais: Castro, Palmeira, Piraí do Sul e Ponta Grossa). Ponta Grossa: Editora UEPG, 1997.
- CARNEIRO, David. **A história do período provincial do Paraná**. Curitiba, 1960.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória da Educação, 1996.
- IHGP. **Centenário da Escola Jesuíno Marcondes**. 2007.
- LUPORINI, Teresa Jussara (Org.). **Catálogo das fontes de educação brasileira localizada no Paraná** (Região dos Campos Gerais: Castro, Palmeira, Piraí do Sul e Ponta Grossa). Ponta Grossa: Editora UEPG, 1997.
- _____. **De Escola Normal a Instituto de Educação: a trajetória de uma escola**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária/UEPG, 1994.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril cultural, 1982 (Os economistas).
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A Primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Campinas - SP, UNICAMP, 2004. Tese de Doutorado – Programa de Pós – Graduação. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, 2004.
- OLIVEIRA, Josefredo Cercal de. **Educadores ponta-grossenses: 1850-1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOUZA, R. F. **Templos de civilização: A Implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____.; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP, 1998.